



Pesquisa-Ação

Agentes Culturais Democráticos



Módulo I:

Democracias

Antonio Albino Canelas Rubim



Módulo I:

Democracias

Módulo I:

Democracias

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Salvador, 2024



O presente trabalho foi realizado com apoio do Fundo Nacional da Cultura do Ministério da Cultura - Brasil - Esta obra está sob licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFBA

R896 Rubim, Antonio Albino Canelas.
Democracias: módulo I / Antonio Albino Canelas Rubim. - Salvador: UFBA; UFRB,
2024.
41 p. : il.

Esta obra faz parte do Projeto Pesquisa-Ação: Agentes Culturais e Democráticos.

ISBN:

1. Democracia. 2. Democracia – História. 3. Democracia - Estudo e ensino. I. Universidade Federal da Bahia. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDU 32

Elaborada por Marcos A. N. Ferreira
CRB-5: BA-001758/O

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministra: Margareth Menezes

Secretaria de Formação, Livro e Leitura

Secretário: Fabiano Piúba

Secretaria dos Comitês de Cultura

Secretária: Roberta Cristina Martins

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: Paulo César Míguez de Oliveira

Vice-Reitor: Penildon Silva Filho

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - IHAC

Diretor: Luís Augusto Vasconcelos da Silva

Vice-diretor: Milton Júlio de Carvalho Filho

Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT)

Coordenadora Geral: Sophia Cardoso Rocha

Vice Coordenadora: Lourivânia Soares Santos

Superintendência de Educação a Distância

Superintendente: Márcia Tereza Rebouças Rangel

Equipe de desenvolvimento do Projeto

Coordenador Geral:

Antônio Albino Rubim

Vice-Coordenadora: Sophia Cardoso Rocha

Pesquisadores

Adriano de Oliveira Sampaio

Angela Maria Menezes de Andrade

Antônio Albino Rubim

Gisele Marchiori Nussbaumer

Giuliana D'El Rei Sá Kauark

Guilherme Rosa Varella

José Roberto Severino

Lourivânia Santos Soares

Luana Vilutis

Mariella Pitombo Vieira

Meran Muniz da Costa Vargens

Ohana Boy Oliveira

Sophia Cardoso Rocha

Orientadores de Pesquisa no AVA

Cora Santana

Nicia Riccio

Auxiliares de Pesquisa

Amanda Azevedo Sousa

Antonio Teófilo de Almeida

Beatriz Abreu Gomes

Bianca Kaizer de Oliveira

Breno Domingos de Oliveira

Camila de Oliveira Almeida

Caroline Dumas Oliveira

Ivalda Kimberlly Santos Portela

Jaqueline Souza

João Caetano Brandão Andrade

José Rayone Lima Borges

Kênia Natividade Santos Silva

Márdel Pereira dos Santos

Marina Vlacic Morais

Nathalia Oliveira Leal

Noédosn Conceição Santos

Nubia dos Reis Pinto

Pérola Cavalcante Dourado

Rodrigo Araujo dos Santos

Tássia Camile de Matos Barbosa

Thainá Silva de Oliveira

Thiago Carvalho de Sousa Correia

Tiago Leonardo Alves Muniz

Vanessa Avelar Barreto

Pesquisador Especialista em Tecnologias Educacionais:

Haenz Gutierrez Quintana

Pesquisador Especialista em Design Instrucional:

Lanara Guimarães de Souza

Pesquisador Especialista em AVA:

José Renato Gomes de Oliveira

Comunicação: Fernanda Pimenta

Secretaria Administrativa:

Lisandra Alcântara

Apoio Administrativo:

Delmira Nunes

Produção de Material Didático

Coordenação de Tecnologias Educacionais - CTE-SEAD

Coordenação

Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico e Capa

Haenz Gutierrez Quintana

Danilo Barros

Foto de capa: Rawpixel

Supervisão:

Haenz Gutierrez Quintana

Danilo Barros

Editoração / Ilustração:

Ana Carla Sousa; Anatriz Souza;

Gabriela Cardoso; Matheus Morais;

Thalles Purificação; Tamara Noel

Revisão:

Flavia Goulart M. Garcia Rosa

Sumário

SOBRE O AUTOR, 11

APRESENTAÇÃO, 13

UNIDADE I

DEMOCRACIAS E HISTÓRIA, 15

UNIDADE II

CONFIGURAÇÕES RECENTES DA DEMOCRACIA, 21

UNIDADE III

DEMOCRACIAS EM DISPUTA, 27

UNIDADE IV

CULTURA E DEMOCRACIA, 31

UNIDADE V

DESAFIOS DA DEMOCRACIA HOJE, 35

SUGESTÕES DE LEITURA, 43

Sobre o Autor

Formado em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (1975) e em Medicina pela Escola Baiana de Medicina (1977), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1979), doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1987) e pós-doutor em Políticas Culturais pela Universidade de Buenos Aires e Universidade San Martin (2006). Professor titular da Universidade Federal da Bahia; docente do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA. Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador Senior do CNPq e do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA. Autor de livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais. Membro de conselhos editoriais de publicações em Cultura e Comunicação. Foi Secretário de Cultura do Estado da Bahia; Diretor do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da UFBA; Presidente do Conselho Estadual de Cultura da Bahia; Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura; Diretor da Faculdade de Comunicação da UFBA, por três vezes; Presidente da Câmara de Extensão da UFBA; Coordenador do Programa de Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA; Presidente da Câmara de Comunicação, Cultura e Turismo da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia; Secretário de Cultura da Associação dos Professores Universitários da Bahia, por duas vezes, e Presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Foi professor da Universidade Federal da Paraíba. Recebeu a Medalha Dois de Julho concedido pela Assembleia Legislativa da Bahia. Foi professor no Mestrado de Políticas Culturais da Universidade das Artes no Equador. Professor no Mestrado em Políticas Culturais da Universidade da República no Uruguai. Atualmente é um dos três coordenadores do grupo de trabalho Cultura e Políticas Culturais do CLACSO. Vice-presidente Científico e Cultural da Associação Internacional de Pesquisadores das Cultura. Principais áreas de interesse: políticas culturais; cultura e política; comunicação e política; cultura, comunicação e sociedade.

Endereço para acessar o currículo lattes:

<http://lattes.cnpq.br/7610489430554817>



Imagem: Democracia nos Une. Agência Brasil

Apresentação



O tema da democracia parece onipresente na atualidade. Ele perpassa toda sociedade, seja por meio daqueles que a apoiam e a defendem, em suas variadas modalidades, buscando sua preservação e/ou ampliação, seja por meio daqueles que a atacam, visando destruí-la. As controvérsias e os debates sobre a democracia são diversificados. Sua relação com as diferentes dimensões da sociedade, dentre elas a cultura, suscita discussões importantes. Cabe neste texto visitar panoramicamente algumas dessas democracias.



Imagem: Ataque ao Palácio do Governo Federal. Agência Brasil

Unidade I

Democracias e História

A democracia nasceu na antiguidade. Suas origens estão na Grécia por volta do século V antes de Cristo. Ela se contrapunha a outras modalidades de exercício do poder então vigentes, tais como a tirania e a oligarquia. A palavra deriva do grego democracia – demo = povo e kracia = governo e/ou poder. A democracia dos antigos era exercida como democracia direta, por meio da política, em praças públicas, nas quais se realizavam os debates e se tomavam as decisões. Só os cidadãos podiam participar da vida democrática, pois a cidadania na antiguidade era restrita aos homens. As mulheres, as crianças, os escravos e os estrangeiros eram excluídos da cidadania e da política. Portanto, a democracia dos antigos e a política foram atividades inovadoras, mas limitadas, dado que eram realizadas apenas por uma parcela bastante reduzida da população. Dessa maneira, nasceram democracia, cidadania e política na antiguidade. Além delas, os antigos, em alguns casos na Grécia, utilizavam o sorteio como modo de escolha de dirigentes.

A democracia dos modernos, surgida em torno das revoluções inglesa, francesa e norte-americana, não era direta. Ela se configurou de modo distinto. Agora ela tomou o formato de democracia representativa, na qual os cidadãos, por meio de eleições, escolhem seus representantes – no executivo, no legislativo e, em alguns países, no judiciário – para exercerem o poder de governar em nome do povo. A democracia moderna amplia e universaliza formalmente a noção de cidadania. Nessa perspectiva, seu documento clássico e mais famoso se intitulou: *A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789. Ele configura a ampliação da cidadania. Nele todos os homens são cidadãos.

O princípio de que todos os homens são cidadãos não se mostrou efetivo, mesmo em seu nascedouro. No belo romance *O século das luzes*, o escritor cubano Alejo Carpentier mostra as ambiguidades da Revolução Francesa frente a abolição ou não da escravidão e, por conseguinte, em relação ao reconhecimento da cidadania para todos os homens. A tentativa de instaurar a Revolução Francesa no Caribe expressou as vacilações e as

Figura 1. Grécia Antiga - Origem da Democracia



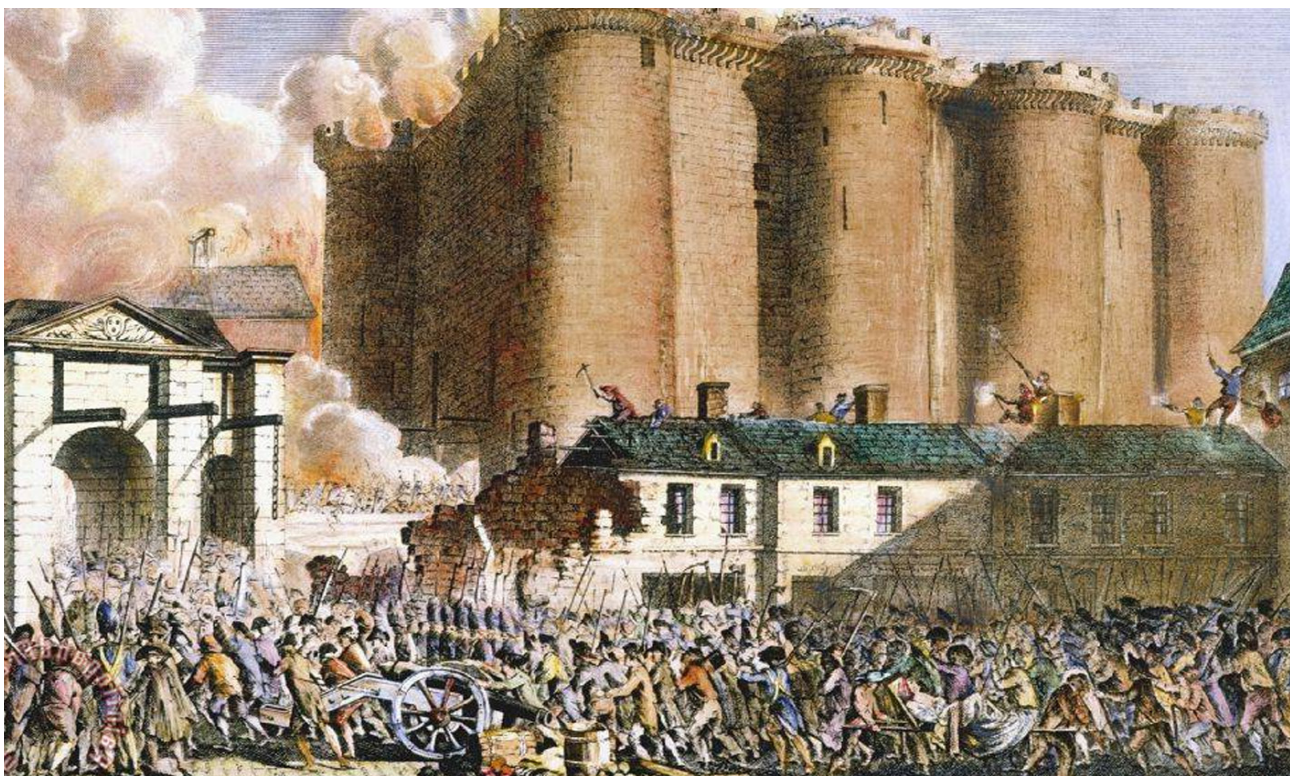
FONTE: Vecteezy

frustrações do processo revolucionário. Ele é apenas um exemplo, dentre muitos possíveis, de descompasso entre a proclamação e efetividade dos direitos do homem.

Em verdade, a cidadania e a democracia nunca foram uma dádiva das classes dominantes, como sempre lembrou Carlos Nelson Coutinho. Na Grécia antiga, a população, livre pobre da cidade-estado de Atenas, teve que lutar contra o voto censitário, pelo qual só poderia ser considerado cidadão e participar da política o homem que possuía riqueza. A extensão da cidadania ateniense para todos os homens nativos livres foi produto de lutas. Elas configuraram a política como dispositivo e fizeram surgir a democracia.

Processos semelhantes ocorreram na modernidade. A democracia moderna inicialmente restringia a ideia de cidadania aos proprietários. Com o tempo, ela se alargou aos homens que possuíam determinado nível de riqueza. Só mais tarde, através das lutas pelo sufrágio universal,

Figura 2. Revolução Francesa



FONTE: Wikimedia Commons

todos os homens passam a ter o direito político de votar e seu votado. Os trabalhadores, desde a década de 30 do século XIX por meio do movimento cartista na Inglaterra, reivindicavam tal direito, só vitorioso no final do século XIX e inícios do século XX, a depender dos países.

As mulheres tiveram que recorrer a lutas específicas para adquirir esse direito. O movimento sufragista feminino foi vigoroso e vital para a conquista. Ele se estendeu por muitos países e só foi vitorioso, de modo mais substantivo, no século XX. As lutas para expandir o direito de votar e ser votado, básico para a cidadania política, não se esgotaram com tais embates. Os analfabetos, por exemplo, no Brasil só readquiriram o direito de votar em 1985, mais de 100 anos depois de tal direito ser usurpado. O exemplo serve para demonstrar que as conquistas não são permanentes, mas correm riscos de retrocessos. Elas demandam atenção e lutas persistentes. A expansão do direito de votar e se votado vai conformando a democracia mundo afora. Ele é fundamental para se pensar a cidadania e a democracia no mundo contemporâneo.

Figura 3. Manifestação de rua em defesa da democracia



FONTE: Flickr

Mas a cidadania não se reduz ao direito de votar e ser votado. Foram necessárias também muitos movimentos para que ela não ficasse restrita a esse direito. A cidadania, como direito a ter direitos, em sua definição mais contundente, implica no processo de conquista de diferentes tipos de direitos: individuais, políticos, sociais, ambientais, culturais etc. A liberdade de expressão; o pluralismo de ideias; o direito de organização livre de partidos, sindicatos e associações da sociedade civil; o direito à educação; o direito à saúde; os direitos ambientais e os direitos culturais, dentre muitos outros, são essenciais para se falar em democracia na atualidade.

Nos inícios da chamada democracia dos modernos, além dos votos limitados aos proprietários e aos possuidores de riqueza, a burguesia não aceitou a livre organização de sindicatos e de partidos políticos. Estes últimos eram então agremiações, que existiam apenas nos instantes eleitorais. O primeiro partido permanente no sentido moderno, o Partido Social-Democrata da Alemanha, sofreu muitas

perseguições e teve que lutar durante anos para se tornar um partido reconhecido na legalidade. O mesmo ocorreu com os sindicatos. O liberalismo na sua concepção individualista de sociedade bloqueava as organizações coletivas, tomadas como perigo para as liberdades individuais. Liberalismo e democracia não se confundem na história. O liberalismo possui um caráter visivelmente antidemocrático. Ele teve importância incontestável para assegurar direitos aos indivíduos e protegê-los do poder do estado, naquele momento absolutista, mas foi também adversário dos direitos políticos de feição mais coletiva e, por conseguinte, contrário à democracia.

A conquista de direitos individuais, políticos, sociais, ambientais, culturais e outros, vitais para dar efetividade à democracia, depende de históricas, intensas e longas, lutas das classes subalternas e de variados setores oprimidos da sociedade. Sem elas, a democracia não se cria, desenvolve e consolida. A democracia é um extenso processo de avanços e retrocessos. Ela só se constitui através de muitas lutas e conquistas.

Figura 4. Duas ativistas em favor do voto feminino



FONTE: Wikipedia



Imagem: Índios Votando. Agência Brasil

Unidade II

Configurações Recentes da Democracia

Desde a modernidade até a contemporaneidade, a democracia se desenvolveu com ganhos e perdas. Foi preciso séculos de aperfeiçoamento para que ela fosse conformada em sua constituição atual de democracia representativa. Hoje, em parte significativa do mundo, se realizam experimentos diferenciados de democracia representativa. Foram aprimorados dispositivos essenciais para a vida democrática: liberdades, pluralidade, separação de poderes, eleições, campanhas eleitorais, comícios, partidos, parlamentos, participação social etc. O amadurecimento da democracia representativa demandou séculos de história.

O processo de desenvolvimento trouxe, contraditoriamente, mal-estar para a democracia representativa na contemporaneidade. Entre eles, talvez o principal, a desconexão entre representantes e representados. Ou seja, os representantes, políticos e/ou partidos, muitas vezes passam a se guiar por interesses próprios e não pelos interesses públicos de seus representados. Diversos representantes se movem por interesses particulares, puramente pessoais, egoístas e até ilegais, como aqueles ligados à corrupção. O *slogan* “ele não me representa” começou a frequentar o ambiente político, causando profundo mal-estar para a vida democrática, pois coloca em xeque um mecanismo básico da democracia: a representação.

O potencial corrosivo de tal mal-estar é profundo para a democracia. Ele tem sido acionado por instituições como a mídia, que assumiu uma postura visceralmente antipolítica, como se todos os representantes, sem distinção, rompessem o vínculo de representação. Até agora ainda não foram inventados mecanismos eficazes para controlar tal desconexão e evitar o desgaste da democracia representativa.

A política dos modernos era uma política baseada na sociabilidade moderna e como tal privilegiava o espaço geográfico-presencial. Não por acaso, muitos dos dispositivos e procedimentos da política estavam associados a ambientações espaciais. Parlamentos, comícios, passeatas, barricadas, manifestações de rua e outros dialogam vivamente com o espaço geográfico. A política se exercia majoritariamente em presença. Seus principais dispositivos e procedimentos têm suas características mais substantivas derivadas das circunstâncias e sociabilidade modernas. A política é uma reinvenção da modernidade.

Já a política dos contemporâneos rompe com tais configurações, pois a sociabilidade atual congrega espaços presenciais e remotos, geográficos e virtuais. Assim, o modo de existir e viver o mundo hoje, derivado da profusão das mais variadas redes de comunicação, combina a todo instante o local e o global, retido pela expressão sintética glocal. Há todo instante, cotidianamente, transitamos entre espaços geográficos e virtuais, em um mundo planetário e em tempo real. A nova conformação da sociabilidade contemporânea impacta fortemente na cultura, economia e política, que passam a combinar no dia a dia atividades presenciais e remotas.

No âmbito da política, as campanhas eleitorais são exemplos emblemáticos da mutação. Hoje, elas se realizam em espaços remotos e presenciais interconectados. A adequação da política, renascida na modernidade, ao mundo contemporâneo não se faz de modo tranquilo, ela traduz profundo mal-estar. Agora as redes de comunicação, tradicionais e recentes, passam a ter peso relevante na atividade política, trazendo problemas nada desprezíveis para a democracia, a exemplo da proliferação e uso político das chamadas notícias falsas (*fake news*). Na contemporaneidade, para que democracia se realize em plenitude, a democratização das redes de comunicação emerge como condição imprescindível.

Um dos dispositivos aventados para amenizar os problemas da democracia representativa, mas sem solucionar todas as dificuldades, aparece como implementação de processos de democracia participativa, que, conjugando atuação direta e representações, busca ampliar a participação política dos cidadãos, por meio de plebiscitos,

Figura 5. Democratização da mídia e outros.



FONTE: Flickr

consultas, conferências, conselhos, colegiados e mecanismos assemelhados. Não que a democracia participativa pretenda substituir a democracia representativa, mas ela busca uma participação mais ativa dos cidadãos, superando a circunscrição da política ao instante das eleições, que se traduz sintomaticamente na linguagem popular como “tempo da política”.

Acontece que a democracia participativa ainda está, no mundo e no Brasil, dando passos iniciais e como tal carece ainda de maturidade. Exemplo inovador no caso brasileiro é o orçamento participativo, que busca democratizar as decisões sobre parte do orçamento público. Desse modo, mesmo que a combinação entre democracia representativa e participativa possa ser virtuosa, ela ainda necessita de um tempo de maturação, inclusive para que os mecanismos de participação possam se consolidar, se mostrar eficazes e ter mais impacto sobre a própria vida democrática e os representantes eleitos.

Figura 6. Direitos culturais e diversidade



FONTE: Agência Brasil

Outro exemplo relevante de experimento de democracia participativa no Brasil deriva do conjunto de ações engendradas no campo da cultura, durante os governos Lula e Dilma. Pela primeira vez no país aconteceram conferências nacionais de cultura, precedidas de conferências municipais, territoriais, estaduais, setoriais e livres. As quatro conferências nacionais, com seus desdobramentos subnacionais, são mecanismos vitais de democracia participativa no campo da cultura, mesmo que, muitas vezes, seus participantes não tenham plena consciência disso e que as conferências não fossem vividas como instantes de democracia participativa.

As conferências não estiveram sozinhas. Simultaneamente, proliferaram conselhos de políticas culturais, em nível nacional, estaduais e municipais; colegiados setoriais temáticos, além de muitos outros canais de participação para transformar as políticas culturais de puramente estatais em políticas públicas, acolhendo debates e deliberações públicas, como condição básica

para a transformação. A experiência de democracia participativa no campo da cultura, por certo, teve impactos profundos na ampliação da base social do Ministério da Cultura (MinC), no seu maior enraizamento nacional, na politização do campo cultural e na sua disposição de trabalhar com políticas públicas. Afirmar tais mudanças não implica em esquecer que é necessária uma reflexão mais consciente desses experimentos como mecanismos de democracia participativa. A compreensão consciente potencializa a atuação político-cultural.

A democracia participativa combina de algum modo a democracia direta e a democracia representativa. Ela abre espaços de participação direta, por meio de fóruns deliberativos abertos, e esferas de participação limitadas a delegados eleitos nos ambientes anteriores. As conferências de cultura são exemplares nessa perspectiva: enquanto as conferências municipais e setoriais acolhem todos que desejam participar, discutir e deliberar; as conferências territoriais, estaduais e nacional mobilizam delegados, escolhidos nas conferências anteriores, para discutir e deliberar sobre a cultura e as políticas culturais.

Figura 7. Indígena palestrando na conferência nacional de cultura



FONTE: CNC



Imagem: Vidas negras e indígenas importam. Flickr

Unidade III

Democracias em Disputa

A democracia existente na contemporaneidade pode assumir diversas modalidades, dentre elas: direta, representativa e participativa. A democracia direta apresenta visíveis limitações geográfico-populacionais para ser desenvolvida nos tempos atuais, dada a complexidade das sociedades contemporâneas. Ela ocorre em situações circunscritas, ainda que existam promessas de democracia direta a serem viabilizadas por meio de tecnologias digitais. A democracia representativa, amadurecida durante séculos e hoje hegemônica, enfrenta crises profundas de exercício da representação, muitas vezes corrompida e questionada, por meio de expressões do tipo “não me representa”. A democracia participativa, recente e imatura em termos internacionais e nacionais, precisa ser experienciada e aprimorada. Ela aparece como possibilidade de renovação e de aprofundamento da democracia no mundo contemporâneo. As concepções de democracia são variadas e elas estão em constante mutação e disputa. Além das democracias direta, representativa e participativa, outras visões de democracias habitam o ambiente atual.

Talvez a mais relevante delas envolva a democracia restrita e a democracia ampliada. Em uma perspectiva liberal, a democracia é limitada ao estado e seu governo. Trata-se de assegurar condições para exercício da política, como a existência de certos dispositivos, a exemplo de eleições, partidos, pluralismo, pluripartidarismo e liberdades e de condições para a disputa. Por exemplo, as eleições devem ser competitivas. Isto é, deve ser garantido aos candidatos e partidos condições efetivas de disputa, sem mecanismos de desigualdade tais que tornem as eleições apenas um ritual vazio, como aconteceu e acontece em muitas situações em que as eleições não passam de fachada “democrática”, a exemplo da ditadura civil-militar no Brasil e em outros regimes autoritários pelo mundo.

A concepção de democracia liberal é hoje a prevalescente no mundo. Ela de tal modo está enraizada que, na atualidade, quase se identifica democracia com democracia liberal. Isto é, democracia restrita ao estado e a seu governo. Qualquer alternativa é contestada, por vezes de modo agressivo ou desdenhoso. Como se não houvesse outra possibilidade.

Afirma-se: a democracia diz respeito apenas ao estado e a sua gestão, através de governos. Nada além disso. Desse modo, a democracia liberal quase restringe a participação da população ao momento eleitoral, ainda que hoje os chamados liberais já aceitem as organizações provenientes da sociedade civil, antes rechaçadas.

Mesmo não majoritárias existem outras concepções de democracia, dentre elas a que se pode chamar de ampliada. Ela não reduz a democracia ao estado e ao governo, mas incorpora também a sociedade. Os estudos, em especial, do século XX demonstraram que o fenômeno do poder não está limitado ao estado, mas perpassa toda sociedade, mesmo instancias aparentemente distantes da lógica do poder. Os exemplos, também são muitos. As relações entre homens e mulheres é um deles. Elas estão impregnadas de amor/ódio, simpatia/antipatia, sedução/aversão e perpassadas por inúmeros jogos de poder. Nos séculos anteriores tais relacionamentos eram considerados como restritos à esfera da privacidade, mas o século XX deslocaram do relação homem-mulher também para o

Figura 8. Manifestação política. Ele Não.



FONTE: Ana Mendes Wikimedia Commons

espaço público. Hoje, qual partido e/ou político não incorpora tais questões como temáticas da sua atividade/plataforma política? Algo similar pode ser dito para relações étnicas, etárias, relativas à orientação sexual etc. Em suma, o campo da política se amplia bastante com a incorporação de novos temas, que se voltam para democratizar as relações sociais, entendidas como também fenômenos perpassados por poderes.

A emergência de temáticas contemporâneas não pode fazer esquecer temas vitais da política como desigualdades sociais, privilégios e carências, com anota Marilena Chaui; distribuição de rendas escandalosas; exploração de classe, bem como outros também atuais, como os relativos a gravíssima situação do meio-ambiente em todo planeta. Todos eles florescem como essenciais para a política alargada e para a concepção de democracia ampliada. Parece impossível imaginar uma democracia em diálogo consistente com a contemporaneidade sem conceber que relações democráticas tenham que se estender para toda sociedade e não apenas se limitar ao estado e ao governo.

Figura 9. Marcha LGBTQIAPN+



FONTE: Ana Mendes Wikimedia Commons



Imagem: Cartazes sobre agro e águas. Flickr

Unidade IV

Cultura e Democracia

A conexão cultura e democracia pode se apresentar de variadas maneiras. Em sentido geral, deve-se buscar afinidades eletivas entre cultura e democracia com base em seus componentes constitutivos fundamentais. Assim, podem ser mobilizados valores como liberdades, pluralismo, diversidade, dentre outros, que são essenciais para viabilizar e desenvolver tanto a cultura, quanto a democracia. Tais ingredientes comuns e similares se apresentam como vitais para a cultura e para a democracia. Através deles, democracia e cultura se enlaçam.

Desse modo, por meio da afinidade eletiva, a democracia aparece como condição virtuosa para o desenvolvimento da cultura, a ampliação dos diálogos interculturais e a criação de políticas culturais, pois estimulam, facilitam, equilibram e tornam mais equânimes as relações de poder entre pessoas. Tal afirmação não implica em negar que também exista a possibilidade de políticas culturais formuladas em parâmetros autoritários. Apenas se defende que a cena democrática apresenta melhores condições para o desenvolvimento da cultura e das políticas culturais.

As conexões entre cultura e democracia emergem igualmente nas primeiras modalidades de políticas culturais, que surgem a partir da experiência de André Malraux no Ministério dos Assuntos Culturais (França) e de sua posterior contestação. Malraux como seu projeto de casas de cultura, espalhadas pelo país, pretendia levar a cultura francesa e mundial à toda população. Tratava-se da cultura canônica e reconhecida. Da cultura com C maiúsculo. Tal projeto foi intitulado de democratização da cultura, pois buscava dar acesso à cultura a uma população, entendida como desprovida de cultura. A democratização

Figura 10. Ditadura nunca mais.



FONTE: Agência Brasil

da cultura, até hoje, serve de modelo a muitas políticas culturais mundo afora. A palavra acesso à cultura parece ser seu lema, quando se sabe que todos seres humanos têm cultura, mesmo que consideradas e reconhecidas socialmente em graus muito diferenciados a depender da situação democrática prevalescente na sociedade. A persistência do modelo de democratização da cultura é notável, o que aponta para a permanência na sociedade de uma concepção elitista da cultura.

Com o desgaste do modelo na França, durante a gestão de Malraux, que durou por volta de dez anos, uma alternativa de modelo de políticas culturais emergiu, contraposta à democratização da cultura, recorrendo igualmente à combinação cultura e democracia. Agora os equipamentos culturais propostos e instalados pela França eram menores e, além

Figura 11. Índios, pessoal de candomblé etc.



FONTE: Agência Brasil

de difundir a cultura nacional e internacional consagrada, buscavam reconhecer e tratar as variadas culturas regionais existentes no país. Tal modelo se intitulou de democracia cultural. Ele acredita que existe uma diversidade de culturas a ser considerada. A democracia cultural, apesar da nomeação muito próxima, traduz um modelo de políticas culturais bastante distinto do anterior. Trata-se agora de reconhecer que existem diversas culturas a serem apoiadas pelas políticas culturais. Assim, é preciso distinguir claramente democratização da cultura e democracia cultural. Elas têm implicações culturais muito distantes. Nada surpreendente que os primeiros modelos de políticas culturais formulados tenham recorrido à conjunção entre democracia e cultura. Isso demonstra quão potente é a conexão.



Imagem: Pessoas no celular. Flickr

Unidade V

Desafios da Democracia Hoje

A contemporaneidade introduz uma ampla gama de desafios e ameaças à democracia. Construída historicamente em espaços delimitados, sejam cidades ou nações, ela agora se defronta com um mundo novo, planetário em tempo real e cada vez mais glocalizado. No admirável mundo novo, os organismos supranacionais começam a existir, mesmo que de modo recente, com poderes e atuações muitas vezes questionáveis e principalmente com visível déficit democrático, pois os processos de construção da democracia se deram até então em espaços delimitados: cidades e, em especial, estados nacionais. Assim, o mundo carece de democracia em lugares cruciais de governo. Tal déficit repercute de maneira negativa sobre o panorama da democracia no mundo e expressa o paradoxo entre a afirmação discursiva da democracia, quase onipresente, e sua ausência em instituições supranacionais, vitais para a governança mundial, hoje e no futuro. O poder de veto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança na Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, é marcante quanto a ausência de democracia em organismos da governança supranacional.

Simultaneamente ao desenvolvimento de tentativas, mal ou bem-sucedidas de governança supranacional, em ritmo ainda mais acelerados, crescem gigantescos conglomerados empresariais, que concentram imenso poder e se tornam desafios potentes à democracia, pois não só podem fugir às normas democráticas nacionais, como têm condições de poder alterá-las a partir de seus próprios interesses particulares, além de viverem em espaços supranacionais, muitos deles ainda carentes de legislações, leis e normas internacionais. A concentração capitalista de poder apresenta-se como grande desafio à democracia na contemporaneidade.

No contexto atual, tal poder desmensurado soma-se a outros fatores que trazem problemas nada pequenos à democracia. O capitalismo, em seu formato neoliberal, tem agigantado a desigualdade social entre países e entre pessoas, concentrando poder de modo colossal. Tais processos

apresentam nítido teor antidemocrático, quando não expressiva vocação autoritária, pois criam condições propícias para a emergência de neofascismos, como está a acontecer pelo mundo. As chamadas políticas de ajuste fiscal, em claro benefício do capital financeiro, impostas aos países e suas populações como “única” alternativa a ser implementada frente às recorrentes crises do capitalismo, aprofundam as desigualdades sociais e de poder de maneira crescente e reforçam as condições para emergência de neofascismos. Nada estranho se traçar uma correlação entre neoliberalismo, políticas de austeridade e crescimento da extrema-direita no mundo e no Brasil.

Dentre os muitos fatores, que podem ser considerados para caracterizar o panorama atual, dois se destacam por seu impacto sobre a questão democrática: a proliferação das redes de comunicação e a profusão de fundamentalismos de muitos tipos, como os religiosos. A conformação da sociabilidade contemporânea, com foi visto, demanda e potencializa a expansão virótica dos aparatos sociotecnológicos de comunicação e suas redes. Eles são imprescindíveis ao modo de vida contemporâneo em suas mais diversificadas dimensões. A imagem de uma pessoa olhando hipnótica seu celular pode ser o signo perfeito para representar a contemporaneidade. As redes de comunicação entrelaçam o mundo e o conectam econômica, social, política e culturalmente. Em verdade, não se trata apenas de meios de comunicação, como se costuma chamar de modo equivocado, mas de meios de produção e difusão de bens simbólicos, com incidência profunda sobre a economia, a sociedade, a política e a cultura na atualidade.

Os aparatos sociotecnológicos e suas teias criam fortes desigualdades entre países, com fluxos internacionais de comunicação desconcertantes. Os países do norte-global, em especial alguns deles, controlam sua produção e impõem ao sul-global sua cultura e sua concepção ideológica de mundo, destruindo a pluralidade de visões e a diversidade cultural tão necessárias à democracia e à cultura. O controle das redes e plataformas sociotecnológicas de comunicação, transformadas em empresas gigantescas, aparece então como grave problema para a democracia, o pluralismo e a diversidade em nível mundial.

Situação similar ocorre nos estados nacionais. Neles, as redes internacionais e nacionais de produção e difusão de bens simbólicos atuam fabricando desigualdades e desiguais, incompatíveis com a democracia e dissonantes com a cultura, sua diversidade e seus diálogos interculturais inevitáveis. Em um mundo em que a existência física e a

Figura 12. Plenária.



FONTE: Agência Brasil

existência pública dos entes sociais e individuais não mais coincidem automaticamente, a partilha equânime do poder de publicizar torna-se imprescindível para se falar em democracia, pois ele pode: silenciar publicamente existências e/ou publicizar, de modo radicalmente desigual, existências públicas em disputa, conforme seus interesses. Sem democratização das redes de comunicação não existe hoje nenhuma possibilidade de existir democracia.

A postura contra o estado e antipolítica assumida pela mídia hegemônica, em promiscua submissão ao neoliberalismo, acrescenta mais um dado negativo a sua relação com a democracia. Ao atacar a política, dispositivo imperioso para disputas, negociações e deliberações e alicerce da democracia, ela corrói o ambiente propício para sua vigência, pois sem política não há democracia. Em seu lugar, engendra-se uma atmosfera de conquista de poder, estatal ou pessoal, por outras vias: ódios, violências simbólicas e físicas, fundamentalismos etc. Todos eles de forte teor autoritário e neofascista. A contradição do discurso hegemônico da

grande mídia corporativa se escancara: a sua desconstrução cotidiana da política e dos políticos contradiz o seu presumido discurso de defesa da democracia. Por óbvio, que a democracia para se aprofundar pode demandar outro tipo de política, mas não sua contestação em bloco.

Os fundamentalismos que explodem em toda parte surgem como outro componente do panorama atual hostil à democracia. Todo e qualquer fundamentalismo crê possuir uma verdade indiscutível, que deve ser levada, a ferro e fogo, aos que não a professam. Impossível ao fundamentalismo, com a fé como seu princípio da verdade, estar aberto a qualquer dúvida e qualquer diálogo argumentativo. Sua verdade basta para que seja imposta. A incompatibilidade entre fundamentalismo e democracia é evidente. A proliferação de fundamentalismos, religiosos e políticos, traz hoje desafios abrangentes à democracia. O estado laico continua a ser a melhor alternativa de garantia da liberdade religiosa, tão agredida pela intolerância religiosa na contemporaneidade.

As ameaças à democracia provêm da ampliação de desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas, próprios do capitalismo neoliberal, e dos fundamentalismos políticos e religiosos, que se espalham pelo mundo, expandindo a extrema-direita e o neofascismo. Elas atingem tanto a democracia representativa, quando a participativa. As agressões visam desmoralizar e destruir procedimentos, ritos, valores, processos etc.

Os ataques à democracia não se limitam à ferocidade de seus inimigos, por certo os mais perigosos e violentos, mas aparecem também através de modalidades mais sutis, em segmentos que parecem dialogar com a própria democracia. Talvez o mais expressivo dos perigos, diga respeito ao bloqueio da transformação da democracia formal e restrita em uma democracia ampliada, que trabalhe em sentido alargado, enfrente relações de poder em diferentes espaços da sociedade, atenda as demandas da sociedade e transforme reivindicações em direitos, ampliando a democracia. Caso ela não seja capaz de assegurar direitos, ela se enfraquece, pois perde perigosamente o apoio da população. A cultura democrática entra em crise com o descolamento entre discurso e realidade.

O desgaste da democracia, pelo rompimento entre exercício da democracia e a interdição de que ela produza direitos, provoca intensos prejuízos à vida democrática, inclusive permitindo que setores de extrema-direita possam se colocar frontalmente contra ela, assumindo uma postura aparentemente antissistema, que galvaniza setores

despossuídos e descontentes. Já que o sistema democrático não funciona no sentido de garantir direitos à população, fica fácil para extrema-direita se colocar como antissistema, ainda que seus membros estejam totalmente inseridos no sistema político e econômico capitalista.

A posição dos setores democráticos mais à esquerda torna-se delicada, pois não podem tomar atitude semelhante de desqualificar, sem mais, a democracia. Eles necessitam reconhecer que a democracia restrita, sem viabilizar a conquista de direitos, representa um problema nada desprezível para a sociedade, para tais setores e para a civilidade. Por vezes, parece que as forças democráticas estão a defender uma democracia formal, que não consegue ser traduzida em direitos, que beneficiem a maior parte da população. Corre-se o risco de que o discurso antissistema seja apropriado e monopolizado pela extrema-direita e os setores democráticos de esquerda deixem de ser críticos ao sistema capitalista vigente, tornando-se complacentes e, de alguma forma, adesistas ao regime em vigor. O risco é profundo e tem feito a extrema-direita crescer em diversos países mundo afora.

O desafio dos setores democráticos é combinar a defesa da democracia realmente existente, atento as suas imensas debilidades, com a crítica às limitações da democracia, inscrita em uma sociedade capitalista em sua fase neoliberal, que, ao aumentar intensamente a desigualdade socioeconômica e, por conseguinte, de poder, cria condições adequadas para regimes autoritários, quando não explicitamente neofascistas. Tal equilíbrio delicado entre crítica e defesa parece ser um desafio. Ele para ser bem resolvido exige fina delicadeza e sagacidade para seu satisfatório enfrentamento político.

No Brasil, a trajetória pendular da democracia, com seus avanços e retrocessos, depende da (in)capacidade das forças democráticas de realizarem a transição democracia restrita e ampliada. Golpes de tipo civil-militar, como o de 1964, ou de novo tipo, agora midiático-jurídico-parlamentar, como o de 2016, têm conseguido interditar o desenvolvimento e a consolidação de uma vida democrática no país. Toda vez que a transformação da democracia restrita em ampliada começa a ser realizada, acontecem golpes. Neles, as classes dominantes

brasileiras demonstram sua falta de compromisso com a democracia e a fragilidade de sua própria concepção de democracia limitada sob controle e desprovida da capacidade de atender as demandas da maioria da população.

O exemplo da segurança pública é expressivo. As políticas implementadas na área não conseguem resultados contra o crime organizado e a violência. Em lugar disso, têm aumentado a insegurança da população, ampliado os gastos e reforçado o racismo, ao perseguir e matar a juventude negra. Em suma, debilitado a democracia. O problema da segurança pública emerge como fundamental para o presente e o futuro da sociedade e da civilidade brasileiras. Ele tem que ser equacionado em relação íntima com a implantação efetiva da democracia e dos direitos, com a superação das desigualdades, privilégios e carências sociais.

Figura 13. Democracia e paz.



FONTE: Flickr

Em suma, pode-se concluir que onde há concentração de poder no mundo e no Brasil o ambiente é hostil à democracia. Ela tem como pressuposto diminuir e, no limite impossível, socializar o poder para que ele se exerça de modo mais equilibrado e criativo no âmbito da sociedade contemporânea. O processo democrático deve ser entendido como um longo procedimento de socialização do poder e da política. Quanto mais o poder e a política sejam socializados mais democracia haverá na vida atual e futura.

A cultura e as políticas culturais podem fazer muito neste instante atual de dificuldades da democracia no mundo e no Brasil. Ao priorizar procedimentos de caráter democráticos na sua realização e ao se posicionar cotidianamente, sem ambiguidades, a favor de conteúdos/valores democráticos, a cultura e as políticas culturais podem colaborar no enfrentamento dos autoritarismos, que contaminam a sociedade brasileira; na derrota dos fundamentalismos e neofascismos, que ameaçam o mundo e o Brasil, e na construção de uma cultura visceralmente democrática com o fortalecimento da cidadania, inclusive cultural, e a conquista de direitos, incluindo os culturais. Assim, cultura e democracia poderão estar juntas na conquista de um mundo melhor.

As democracias não terminam aqui. Elas perpassam todos os outros módulos do projeto de pesquisa-ação Agentes Culturais Democráticos. Todos os módulos restantes vão discutir democracia de diferentes modos. Ela será analisada em sua relação com: cultura ou culturas brasileiras; políticas culturais no Brasil – história e atualidade; economia e financiamento da cultura; cultura e desenvolvimento; cultura e tecnologias; federalismo cultural e territorialização da cultural; institucionalidade e espaços culturais; diversidades culturais e diálogos interculturais; transversalidade da cultura; participação, cidadania e direitos culturais; momentos e movimentos das culturas brasileiras. Também no Plano de Ação Cultural, a ser elaborado coletiva e simultaneamente, as democracias irão colaborar na escolha e na construção do plano. A pesquisa-ação Agentes Culturais Democráticos visa formar e produzir culturas democráticas.

Sugestões de Leitura

AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo, Todavia, 2019.

BARBALHO, Alexandre. *Cultura e democracia*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2017.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto. *O filósofo e a política*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2003, p.235-318.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo, Boitempo, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Comunicação e política*. São Paulo, Hacker, 2000.

WOOD, Ellen Meiksins. Democracia. In: MUSTO, Marcello (org.) *O renascimento de Marx*. Principais conceitos e novas interpretações. São Paulo, Autonomia Literária, 2023, p. 97-118



Pesquisa-Ação

Agentes Culturais
Democráticos



**Fundo
Nacional
da Cultura**
Lei Rouanet



CULT
CENTRO DE ESTUDOS
MULTIDISCIPLINARES
EM CULTURA

IHAC+IO

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Professor Milton Santos • UFBA | 10 Anos

UFBA

Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia



Universidade
Federal da Bahia

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO